

Relatório da Administração

**Senhores Acionistas,** Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, Relatório dos Auditores Independentes e o Relatório dos Atuariais Auditores Independentes da **SCOR Brasil Resseguros S.A.** relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, em cumprimento às normas vigentes. **A empresa:** A SCOR Brasil Resseguros S.A., empresa do Grupo SCOR sediada em Paris-França, iniciou suas atividades no Brasil em agosto de

2014, após autorização da SUSEP para operar com resseguros de vida e de danos em ramos de seguros tradicionais. O Grupo possui também autorizações para operar como resseguradora admitida, através da SCOR Global Life Americas Reinsurance Company e da SCOR Reinsurance Company e resseguradora eventual através da SCOR Global P&C SE. **Desempenho operacional:** Durante o exercício de 2017, os resultados técnicos e não técnicos estão em linha ao planejado. **Perspectivas:**

O Grupo SCOR enxerga o mercado brasileiro como um dos mercados emergentes importantes em resseguros, com potencial para gerar negócios significativos nos próximos anos. A estratégia da Companhia é de manter prudente política de subscrição, aproveitar as oportunidades de negócios, controle efetivo das despesas administrativas, focando na solvência, lucratividade, inovação e nas boas práticas de mercado que caracterizam a SCOR em sua atividade global. **Agradecimentos:** A SCOR

Brasil Resseguros agradece a seus acionistas, parceiros de negócios, corretores de resseguros e clientes, como também à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pela confiança em nossa administração e apoio dedicados à empresa. A todos os nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2018.

A Diretoria

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 (Em milhares de reais)			
	Nota	2017	2016
<b>ATIVO</b>			
<b>Circulante</b>		<b>224.286</b>	<b>294.555</b>
Disponível	178	4.165	—
Equivalente de Caixa	4	21.111	22.779
Aplicações	5	53.007	79.715
<b>Créditos das Operações com Seguros e Resseguros</b>		<b>78.439</b>	<b>99.596</b>
Operações com Seguradoras		70.751	99.049
Operações com Resseguradoras		7.688	547
<b>Ativos de Resseguro e Retrocessão - Provisões Técnicas</b>		<b>988.790</b>	<b>85.392</b>
<b>Títulos e Créditos a Receber</b>		<b>2.069</b>	<b>1.850</b>
Títulos e Créditos a Receber		25	40
Créditos Tributários e Previdenciários	6	1.697	1.625
Outros Créditos		347	185
<b>Despesas Antecipadas</b>		<b>7</b>	<b>812</b>
<b>Custos de Aquisição Diferidos</b>		<b>685</b>	<b>246</b>
Resseguros		685	246
<b>Ativo não Circulante</b>		<b>139.191</b>	<b>38.985</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>135.553</b>	<b>34.984</b>
Aplicações	5	135.414	34.984
<b>Créditos das Operações com Seguros e Resseguros</b>		<b>7</b>	<b>139</b>
Operações com Seguradoras		139	—
<b>Imobilizado</b>		<b>8</b>	<b>3.557</b>
Bens Móveis		3.557	3.877
<b>Intangível</b>		<b>81</b>	<b>124</b>
Outros Intangíveis		81	124
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>383.477</b>	<b>333.540</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 (Em milhares de reais)			
	Nota	2017	2016
<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>		<b>280.532</b>	<b>236.133</b>
<b>Contas a Pagar</b>		<b>6.392</b>	<b>5.610</b>
Obrigações a Pagar		4.546	1.967
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		682	1.322
Encargos Trabalhistas		729	937
Impostos e Contribuições		435	1.384
<b>Débitos de Operações com Seguros e Resseguros</b>		<b>51.880</b>	<b>58.974</b>
Operações com Seguradoras		(14)	—
Operações com Resseguradoras	9	51.070	58.019
Corretoras de Seguros e Resseguros		824	234
Outros Débitos Operacionais		—	721
<b>Depósitos de Terceiros</b>		<b>11</b>	<b>19</b>
<b>Provisões Técnicas - Resseguradoras</b>		<b>11</b>	<b>220.795</b>
<b>Outros Débitos</b>		<b>1.465</b>	<b>380</b>
<b>Passivo não Circulante</b>		<b>382</b>	<b>370</b>
<b>Provisões Técnicas - Resseguradoras</b>		<b>11</b>	<b>382</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>15</b>	<b>102.563</b>
Capital Social		100.000	100.000
Reservas de Lucros		772	—
Ajuste de Avaliação Patrimonial		1.791	465
Lucros (Prejuízos) Acumulados		—	(3.428)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>383.477</b>	<b>333.540</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Reserva de Ajuste	Lucros Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>100.000</b>	—	—	(824)	(537)	<b>98.639</b>
Títulos e Valores Mobiliários	—	—	—	1.289	—	1.289
Prejuízo do Exercício	—	—	—	—	(2.891)	(2.891)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2016</b>	<b>100.000</b>	—	—	465	(3.428)	<b>97.037</b>
Títulos e Valores Mobiliários	—	—	—	1.326	—	1.326
Lucro Líquido do Exercício	—	—	—	—	4.421	4.421
<b>Proposta para Distribuição do Lucro Líquido do Exercício:</b>						
Reserva Legal	—	221	—	—	(221)	—
Dividendos Mínimos Propostos	—	—	—	—	(221)	(221)
Outras Reservas de Lucro	—	—	551	—	(551)	—
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>100.000</b>	<b>221</b>	<b>551</b>	<b>1.791</b>	<b>—</b>	<b>102.563</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (Em milhares de reais)

**1. Contexto operacional:** A SCOR Brasil Resseguros S.A. ("Companhia") foi constituída em 10 de março de 2014, e em 26 de agosto de 2014 obteve a homologação da SUSEP, tendo assim iniciada as suas operações de contratos de resseguros a partir de 1º de novembro de 2014. A Companhia tem sua sede e escritório localizados na Rua São Bento, 18, sala 1301, parte, Centro, CEP 20090-010, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e filial localizada na Rua Luigi Galvani, nº 70, 12º andar, Cidade de Monções, São Paulo, ambos no Brasil. O capital social da Companhia é constituído por 100.000 ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, tendo como acionistas a SCOR Brasil Participações Ltda., com 99.999 ações, e a SCOR Global P&C SE com uma ação ordinária. A Companhia tem por objeto a operação com resseguros e retrocessão em todos os ramos, em todo o território nacional. Essas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Administração em 28 de fevereiro de 2018. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517/15 com as alterações vigentes nas Circulares nº 521/15, 544/16 e 561/17; os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". **a. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e (ii) provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP e CNSP. **b. Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios futuros. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **d. Estimativas contábeis críticas e julgamentos:** A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as normas homologadas pela SUSEP exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. Informações sobre áreas em que o uso de premissas e estimativas é significativo para as demonstrações financeiras e nas quais, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo período estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Ativos financeiros; • Avaliação de ativos e passivos de contratos de resseguros e provisões técnicas; • Avaliação da redução ao valor recuperável de prêmios a receber e sinistros a recuperar; • Teste de adequação dos passivos; e • Prêmios a receber e retrocedidos (EPI). **e. Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas: • Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decorso normal do ciclo operacional da Companhia (12 meses); • Está mantido essencialmente com propósito de ser negociado; f. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia: O IFRS 9 - Instrumentos financeiros foi emitida em novembro de 2009, e é o primeiro passo no processo para substituir a IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma será efetiva para exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2018. O IASB emitiu em maio de 2014 o novo pronunciamento de reconhecimento de receita: o IFRS 15 - Receita de contratos com clientes. O CPC convergirá para esse novo pronunciamento, que tem adoção mandatória para os exercícios iniciados em - ou a partir de 1º de janeiro de 2018, com requerimentos de comparabilidade específicos ("full" ou "modified retrospective approach"). O novo pronunciamento cria uma única norma para reconhecimento de receita aplicável a todas as companhias em todos os segmentos, exceto para contratos de seguros. A criação de uma única norma representa uma mudança significativa da prática atual, que contém diversas literaturas específicas para indústrias e transações. A Administração da Companhia avaliou a IFRS 15 e não identificou impactos relevantes para sua demonstração. Em janeiro de 2016, o IASB emitiu a IFRS 16 "Arrendamentos". A nova norma requer que as Companhias tragam a maioria dos seus arrendamentos para o balanço patrimonial, reconhecendo novos ativos e passivos. O CPC convergiu este novo pronunciamento no CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil, divulgado em dezembro de 2017. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, porém não foi homologado pela SUSEP a segunda revisão (R2). O IFRS 17 - Contratos de Seguros foi emitida em maio de 2017 e estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O IFRS 17 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo permitida a aplicação antecipada. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e a Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada. Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia. **3. Principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são as seguintes: **a. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem os saldos positivos em conta corrente, investimentos financeiros resgatáveis compreendidos no prazo de 90 dias entre a data de aplicação e vencimento, com risco insignificante de alteração de seu valor de mercado, e que não afetem a vinculação com os ativos garantidores das provisões técnicas. **b. Reconhecimento e mensuração de ativos financeiros:** A classificação dos ativos financeiros em seu reconhecimento inicial depende do propósito e da finalidade pelos quais os mesmos foram adquiridos. Todos os ativos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido dos custos das transações, exceto nos casos em que os ativos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa das aplicações financeiras tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. **Determinação do valor justo:** O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pela instituição financeira administradora desse fundo. Os títulos públicos de renda fixa tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação. A Companhia classifica os ativos financeiros de acordo com as categorias a seguir: **i. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os instrumentos financeiros desta categoria são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. As variações no valor justo e receitas ou despesas são reconhecidas no "Resultado financeiro". Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas e despesas financeiras" no período em que ocorrem. **ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Ativos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos definidos, para os quais haja a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são registrados inicialmente ao seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis,

Demonstração do Resultado do Período em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 (Em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
<b>Prêmios Emitidos</b>		<b>18.a</b>	<b>257.648</b>
(-) Variações das Provisões Técnicas		(9.810)	(30.846)
<b>(=) Prêmios Ganhos</b>		<b>247.838</b>	<b>164.737</b>
(-) Sinistros Ocorridos		<b>18.b</b>	<b>(190.824)</b>
(-) Custos de Aquisição		(721)	(678)
(-) Outras Receitas e Despesas Operacionais		(79)	—
<b>(+) Resultado com Retrocessão</b>		<b>18.c</b>	<b>(38.810)</b>
(-) Despesas Administrativas		<b>18.d</b>	<b>(19.007)</b>
(-) Despesas com Tributos		<b>18.e</b>	<b>(6.244)</b>
<b>(+) Resultado Financeiro</b>		<b>18.f</b>	<b>15.168</b>
<b>(=) Resultado Operacional</b>		<b>7.321</b>	<b>(1.093)</b>
(+) Ganhos ou Perdas com Ativos não Correntes		(17)	—
<b>(=) Resultado antes dos Impostos e Participações</b>		<b>7.304</b>	<b>(1.093)</b>
(-) Imposto de Renda	14	(1.591)	(999)
(-) Contribuição Social	14	(1.292)	(799)
<b>(=) Lucro (Prejuízo) do Exercício</b>		<b>4.421</b>	<b>(2.891)</b>
(l) Quantidade de Ações		100.000	100.000
<b>(=) Lucro (Prejuízo) por Ação - RS</b>		<b>44,21</b>	<b>(28,91)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Reserva de Ajuste	Lucros Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>100.000</b>	—	—	(824)	(537)	<b>98.639</b>
Títulos e Valores Mobiliários	—	—	—	1.289	—	1.289
Prejuízo do Exercício	—	—	—	—	(2.891)	(2.891)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2016</b>	<b>100.000</b>	—	—	465	(3.428)	<b>97.037</b>
Títulos e Valores Mobiliários	—	—	—	1.326	—	1.326
Lucro Líquido do Exercício	—	—	—	—	4.421	4.421
<b>Proposta para Distribuição do Lucro Líquido do Exercício:</b>						
Reserva Legal	—	221	—	—	(221)	—
Dividendos Mínimos Propostos	—	—	—	—	(221)	(221)
Outras Reservas de Lucro	—	—	551	—	(551)	—
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>100.000</b>	<b>221</b>	<b>551</b>	<b>1.791</b>	<b>—</b>	<b>102.563</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

da sua duração. • **Loss Occurring ou Base de Ocorrência de Sinistros:** o cálculo da PPNG para os contratos não proporcionais do tipo **Loss Occurring** é baseado no diferimento linear do prêmio de resseguro emitido até o final da vigência do risco, neste caso pelo prazo de vigência do contrato. O prêmio de resseguro é registrado, inicialmente, com base no valor do prêmio mínimo do contrato. **ii. Provisão de Prêmios Não Ganhos Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE):** A Companhia tem a informação dos prêmios vigentes e não emitidos a cada mês. Este prêmio é contabilizado como prêmio RVNE. A PPNG relativa a estes prêmios é calculada conforme descrito acima, sendo a PPNG-RVNE. **iii. Provisão de Sinistro a Liquidar (PSL):** A PSL é constituída para a cobertura dos valores a liquidar relativos a sinistros avisados até a data-base de cálculo, brutos das operações de retrocessão. Os valores são provisionados com base nas informações recebidas das cedentes. A Companhia pode considerar alguma informação adicional, como, por exemplo, se for parte de ação judicial. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, não foi identificada existência de processos judiciais. **iv. Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER):** A Companhia constituirá ajuste da PSL referente a sinistros ocorridos, mas não suficientemente avisados em casos excepcionais em que tenha informações que não estão contempladas nos valores informados pelas cedentes. Para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foi identificada necessidade de constituição de IBNER. **v. Provisão de Sinistro a Liquidar (PSL):** O cálculo desta provisão visa a cobertura do valor esperado dos sinistros ocorridos e ainda não avisados, até a data-base de cálculo, considerando as indenizações e despesas relacionadas, de acordo com a responsabilidade assumida pela Companhia. As estimativas atuariais da IBNR não relacionadas a ocorrência de um evento específico, ou seja, para sinistros não relacionados com catástrofes ou grandes sinistros, são baseadas nos métodos da sinistralidade inicial esperada (SIE), do desenvolvimento de sinistros e de Bornhuetter-Ferguson ("BF"). Pelo método da sinistralidade inicial esperada, multiplica-se premissa de sinistralidade esperada pelo prêmio ganho do período, referente aos riscos vigentes, emitidos e não emitidos, para a obtenção do sinistro final esperado. O método do desenvolvimento de sinistros utiliza a experiência histórica de sinistros pagos ou avisados de forma a determinar padrões esperados de desenvolvimento de sinistros para estimar valores de sinistros finais. O método de BF utiliza dados de sinistros pagos e avisados existentes, além de um padrão esperado de desenvolvimento de sinistros, combinados com a expectativa de sinistralidade inicial, para determinar a estimativa de sinistro final. São feitas estimativas de sinistros finais por ano de subscrição com base em mais de um método atuarial e os valores dos sinistros finais são selecionados com base em julgamento atuarial. Os valores efetivamente pagos e a reserva de PSL são subtraídos das estimativas de sinistros finais para se determinar a IBNR. As premissas de sinistralidade adotadas são inicialmente baseadas na precificação de cada contrato e sumarizadas por segmento de negócio e ano. Estas premissas poderão ser ajustadas com base na análise da experiência da Companhia. **vi. Provisão de Despesas Relacionadas (PDR):** Conforme estabelecido pela Circular SUSEP nº 517/2015, a Companhia deve adotar a PDR para a cobertura dos valores esperados relativos às despesas próprias relacionadas a sinistros. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foi identificada necessidade de constituição de PDR. **vii. Outras provisões - Provisão de Excedente Técnico (PET):** É constituída para garantir pagamentos de excedentes decorrentes de superavit técnico e é calculada de acordo com os critérios estabelecidos em cláusulas específicas de contratos de resseguro que tenham previsão para participação da cedente nos lucros dos contratos. **h. Teste de Adequação de Passivos (TAP):** O teste de adequação de passivos é realizado, a cada data de balanço, com o objetivo de averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, de acordo com a Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas alterações. O teste é efetuado para verificar a adequação dos passivos de resseguro, líquidos dos custos de aquisição diferidos e eventuais ativos intangíveis relacionados. A administração da Companhia utiliza as melhores estimativas para os fluxos de caixa futuros de sinistros e despesas administrativas. Qualquer deficiência é contabilizada como uma provisão no passivo líquido compartilhado no resultado. Foram projetados os fluxos associados com os passivos atuariais brutos de retrocessão nos segmentos de riscos operados e trazidos a valor presente considerando a projeção de taxa a termo de juros livre de risco. Na avaliação dos passivos atuariais, foram contempladas as receitas e despesas esperadas com a carteira em vigor bruta de retrocessão. Os passivos atuariais foram comparados com as provisões técnicas constituídas e não foi identificada necessidade de ajuste nas provisões técnicas em 31 de dezembro de 2017 e 2016. As principais premissas utilizadas no teste foram:

	Dez 2016	Aplicações	Rendimentos/Atualizações	Resgates	Marcação a Mercado	Dez 2017
<b>b. Movimentação das aplicações financeiras:</b>						
<b>Equivalentes de caixa</b>						
Quotas de fundos de investimentos	22.779	96.716	1.644	(100.028)	—	21.111
<b>Títulos disponíveis para venda</b>						
LTN	114.699	223.428	16.131	(168.247)	2.410	188.421
	<b>137.478</b>	<b>320.144</b>	<b>17.775</b>	<b>(268.275)</b>	<b>2.410</b>	<b>209.532</b>

c. Classificação dos ativos financeiros

	Custo Atualizado	Marcação a Mercado	Valor de mercado	%	Custo Atualizado	Marcação a Mercado	Valor de mercado	%
<b>Equivalentes de caixa</b>								
Quotas de fundos de investimentos	21.111	—	21.111	4,8%	22.779	—	22.779	16,6%
<b>Títulos disponíveis para venda</b>								
LTN	185.166	3.255	188.421	95,2%	113.854	845	114.699	83,4%
	<b>206.277</b>	<b>3.255</b>	<b>209.532</b>	<b>100%</b>	<b>136.633</b>	<b>845</b>	<b>137.478</b>	<b>100%</b>

d. Composição por prazo e por título: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo e por título.

	Dez-2017	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Total
<b>Equivalentes de caixa</b>				
Quotas de Fundos de Investimentos	21.111	—	—	21.111
<b>Títulos disponíveis para venda</b>				
Tesouro Prefixado - LTN	—	53.007	63.558	71.856
	<b>21.111</b>	<b>53.007</b>	<b>63.558</b>	<b>209.532</b>

	Dez-2017	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Total
<b>Equivalentes de caixa</b>				

(i) Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sobre diferenças temporárias, revertido em janeiro de 2017 por não haver expectativa de realização no prazo regulamentar.

b. Movimentação dos créditos tributários

	Consti- tuições		Atualizações		Baixas	Dez-2017
	Dez-2016	Dez-2017	Dez-2016	Dez-2017		
Tributos a compensar	566	3.100	122	(3.253)		535
Tributos retidos na fonte	454	137	21	(510)		102
Antecipação de IRPJ e						
CSLL						
		3.337		(2.277)		1.060
Créditos tributários sobre diferenças temporárias	605			(605)		
	1.625	6.574	143	(6.645)		1.697

**7. Crédito das operações com seguros e resseguros:**

	Dez-2017		Dez-2016	
	Prêmios a receber	Prêmios retrocedidos	Prêmios a receber	Prêmios retrocedidos
a. Composição				
Prêmios efetivos de resseguros	11.515		1.994	
Prêmios estimados de resseguros	100.640		124.344	
(-) Comissões Estimadas de Resseguros	(20.615)		(26.742)	
<b>Subtotal</b>	<b>91.540</b>		<b>99.596</b>	
Outros Créditos (i)	(16.029)			
Créditos de sinistros pagos a recuperar	3.146			
Redução ao valor recuperável	(79)			
<b>Prêmios de resseguros</b>	<b>78.578</b>		<b>99.596</b>	

(i) Refere-se a saldos de contas técnicas transitórias de valores pendentes de processamento.

b. Movimentação dos prêmios a receber e EPI (Estimate Premium Income)

	Dez-2017		Dez-2016	
	Prêmios a receber	Prêmios retrocedidos	Prêmios a receber	Prêmios retrocedidos
Saldo inicial	99.596		63.565	
Constituição	257.648		195.583	
(-) Recebimento	(265.704)		(159.552)	
<b>Total</b>	<b>91.540</b>		<b>99.596</b>	

Os valores apresentados estão líquidos de comissão da cedente.

c. Composição dos prêmios a receber e retrocedidos

	Dez-2017		Dez-2016	
	Prêmios a receber	Prêmios retrocedidos	Prêmios a receber	Prêmios retrocedidos
Patrimonial	4.159	(99)	5.108	(626)
Riscos				
Especiais	-	-	-	(1)
Responsabilidades	1.646	(13)	191	(20)
Automóvel	10.552	(1.047)	9.800	(1.409)
Transportes	-	-	-	(2)
Riscos				
Financeiros	9.200	(8.999)	5.421	(5.861)
Pessoas				
Coletivo	3.200	-	2.491	-
Rural	25.952	(42.262)	46.470	(49.996)
Outros (*)	23.743	-	28.503	-
Pessoas				
Individual	12.863	-	1.141	-
Marítimos	225	(8)	471	(86)
<b>Total</b>	<b>91.540</b>	<b>(52.428)</b>	<b>99.596</b>	<b>(58.001)</b>

(\*) Classificação SUSEP para riscos no exterior, do ramo Pessoas Coletivo.

d. Prêmios a receber por prazo de vencimento

	Dez-2017		Dez-2016	
	Vencido	A vencer:	Vencido	A vencer:
de 0 a 90 dias	82.820	98.301		
de 91 a 180 dias	2.765	1.023		
de 181 a 360 dias	2.515	-		
Acima de 360 dias	139	-		
<b>Total</b>	<b>91.540</b>	<b>99.596</b>		

**8. Ativo imobilizado:** Composto principalmente por móveis, equipamento de escritórios e benfeitorias em imóveis de terceiros alocados nos dois escritórios da Companhia, nas cidades do Rio de Janeiro e em São Paulo, os ativos imobilizados estão valorizados ao custo de aquisição e depreciação calculada segundo o método linear conforme o

período de vida útil estimada dos ativos, mencionada na nota explicativa 3.iii.

	Dez-2017		Dez-2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>a. Composição</b>				
<b>Bens móveis</b>				
Equipamentos	318	369		
Móveis, máquinas e utensílios	13	6		
<b>Outras imobilizações</b>				
Outras imobilizações	3.226	-		
Imobilizações em curso	-	3.644		
(-) Depreciação acumulada	(1.060)	(142)		
	<b>3.557</b>	<b>3.877</b>		

b. Movimentação do ativo imobilizado

	Dez-2016		Dez-2017	
	Entrada	Transfêrência	Depreciação acumulada	Dez-2017
<b>Bens móveis</b>				
Equipamentos	227	188	(2)	(95)
Móveis, máquinas e utensílios	5	10	-	(2)
<b>Outras imobilizações</b>				
Outras imobilizações	-	561	3.646	(18)
Imobilizações em curso	3.645	1	(3.646)	-
	<b>3.877</b>	<b>760</b>	<b>(20)</b>	<b>(1.060)</b>

**9. Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas:**

	Dez-2017		Dez-2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
a. Composição dos ativos e passivos de retrocessão				
(-) Provisão para prêmio não ganho	63.844	68.323		
(-) Comissões diferidas de retrocessão cedida	(17.240)	(18.121)		
Recuperação de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	32.576	23.892		
Sinistros pendentes de pagamento retrocessão	9.517	11.270		
Corretagem cedida	93	28		
<b>Total de ativos de retrocessão</b>	<b>88.790</b>	<b>85.392</b>		
<b>Dez-2017</b>	<b>Dez-2016</b>			
Prêmio retrocedido a pagar	(76.155)	(81.443)		
(-) Comissões retrocedidas	25.152	23.442		
<b>Subtotal</b>	<b>(51.003)</b>	<b>(58.001)</b>		
Corretagem diferida cedida	(67)	(18)		
<b>Total de passivos de retrocessão</b>	<b>(51.070)</b>	<b>(58.019)</b>		

b. Movimentação dos ativos e passivos de retrocessão

	Dez-2016		Dez-2017	
	Consti- tuição	Reversão	Paga- mento	Dez-2017
Ativos de retro- cessão cedida				
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + RVNE)	50.202	42.069	(45.667)	-
Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	11.270	34.892	(26.208)	-
Provisão de sinis- tros ocorridos mas não avisa- dos (IBNR)	23.892	78.264	(34.865)	(45.152)
Corretagem a receber	28	126	(26)	(35)
	<b>85.392</b>	<b>155.351</b>	<b>(106.766)</b>	<b>(45.187)</b>
<b>Total</b>	<b>85.392</b>	<b>155.351</b>	<b>(106.766)</b>	<b>(45.187)</b>

**10. Transações com partes relacionadas:** A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia, as seguintes empresas do grupo: SCOR Brasil Participações Ltda., SCOR Reinsurance Company, SCOR Global Life Americas Company, Essor Seguros S.A. além de seus administradores, conselheiros da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05.

a. Os saldos a receber, a pagar, as receitas e despesas por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dez-2017		Dez-2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Administradores (i)				
SCOR Reinsurance Company	91.443	51.015	(34.096)	43.196
Operações de retrocessão (iii)	91.438	51.003	(33.890)	43.196
Cost sharing agreement (ii)	5	12	(206)	-
SCOR Global Life Americas Company	15	6	(8)	27
Cost sharing agreement (ii)	15	6	(8)	27
SCOR Brasil Participações Ltda.	5	-	32	1
Cost sharing agreement (ii)	5	-	32	1
SCOR SE (Paris)	-	135	(34)	195
Share Award Plan (iv)	-	135	64	195
Parental guarantees (vi)	-	-	(30)	-
Essor Seguros S.A.	37.010	135.909	50.062	57.051
Operações de resseguro (v)	37.010	135.909	50.062	57.051
<b>Total</b>	<b>128.473</b>	<b>187.693</b>	<b>12.255</b>	<b>100.275</b>

(i) Remuneração a pagar; (ii) Corresponde ao acordo de compartilhamento de custos entre as empresas, a partir do qual são rateadas as despesas relativas à infraestrutura administrativa considerando um critério preestabelecido entre as partes; (iii) Refere-se a transações de retrocessão; (iv) Refere-se ao programa de bonificação de funcionários através da concessão de ações da SCOR SE (Paris). O valor será reembolsado pela Companhia à sua matriz; (v) Refere-se a transações de resseguro; (vi) Refere-se a garantia alocada pela SCOR SE (Paris) à Companhia. b. Outras informações: Conforme legislação em vigor, sociedades supervisionadas pela SUSEP não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para: • Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau; • Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; • Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% da própria Companhia, quaisquer diretores ou administradores da própria Companhia, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não foram efetuados pela Companhia empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares.

**11. Provisões técnicas:**

	Dez-2017		Dez-2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>Underwriting year</b>				
<b>Pagamento acumulado</b>				
Até a data-base:	-	65.630	(4.519)	35.149
Um ano mais tarde:	1.517	132.239	27.249	-
Dois anos mais tarde:	3.232	154.349	-	-
Três anos mais tarde:	5.954	-	-	-
<b>Posição em 31/12/2017</b>	<b>5.954</b>	<b>154.349</b>	<b>27.249</b>	<b>35.149</b>
<b>Provisão líquida de sinistros em 31/12/2017</b>	<b>(689)</b>	<b>42.111</b>	<b>32.314</b>	<b>29.654</b>
<b>Insuficiência Líquida em 31/12/2017</b>	<b>(5.153)</b>	<b>(114.263)</b>	<b>(21.235)</b>	<b>-</b>

**13. Cobertura das provisões técnicas:**

	Dez-2017		Dez-2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>Provisões técnicas</b>				
(+) Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + RVNE)	73.354	68.763		
(+) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	106.952	72.958		
(+) Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	38.414	21.528		
(+) Provisão de excedentes técnicos (PET)	2.457	8.271		
Total das provisões técnicas	221.177	171.520		
(-) Ativos de Retrocessão Redutores de PPNG + RVNE	(534)	(5.866)		
(-) Ativos de Retrocessão Redutores de IBNR	(32.576)	(23.892)		
(-) Ativos de Retrocessão Redutores de PSL	(9.517)	(11.226)		
(-) Direitos creditórios	(27.436)	(34.303)		
(-) Custos de Aquisição Diferidos Redutores de PPNG	(74)	-		
Total das provisões técnicas a ser coberto	151.040	96.233		

**Ativo garantidor**

LTN	188.421	114.699
Total ativos garantidores	188.421	114.699
Suficiência	37.381	18.466

**Cobertura excedente antes do limite de 20% do Capital de Risco (CR)**

Liquidez em relação ao limite mínimo de 20% do CR (nota explicativa 16)	7.105	6.216
Cobertura de Liquidez	30.276	12.250

**14. Imposto de renda e contribuição social:**

	Dez-2017		Dez-2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos impostos e após participações sobre o resultado	7.304	7.304		
Adições (exclusões) temporárias:				
(-) Provisão para fornecedores	(151)	(151)		
(+) Provisão para redução ao valor recuperável	79	79		
(+) Despesas indutíveis	76	76		
Lucro tributável	7.308	7.308		
(-) Compensação com prejuízo fiscal/base negativa de CSLL	(2.193)	(2.193)		
<b>Lucro tributável após compensação</b>	<b>5.115</b>	<b>5.115</b>		
Imposto de renda	(1.255)	-		
Contribuição social sobre o lucro	-	(1.023)		
Reversão de tributos sobre exclusões temporárias	(336)	(269)		

**Resultado imposto de renda e contribuição social**

Imposto de renda	(1.591)	(1.292)
Taxa efetiva	22%	18%

**Resultado imposto de renda e contribuição social**

Prejuízo antes dos impostos e após participações sobre o resultado	(1.093)	(1.093)
(-) Exclusões temporárias	398	398
Prejuízo fiscal	(695)	(695)
Baixa de crédito tributário sobre prejuízo fiscal	(1.098)	(879)
Tributos sobre exclusões temporárias	99	80

**Resultado imposto de renda e contribuição social**

Taxa efetiva	99%	79%
--------------	-----	-----

O registro dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e/ou de bases negativas de CSLL, bem como aqueles decorrentes de diferenças temporárias entre critérios contábeis e fiscais de apuração de resultado, atendem aos critérios descritos na Circular SUSEP nº 517/15. A Companhia apresenta histórico de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, o que justifica o não reconhecimento dos saldos de IRPJ e CSLL Diferidos sobre os saldos dessas naturezas. Também em atendimento à Circular SUSEP nº 517/15, informamos que o saldo dos créditos tributários não contabilizados em 31/12/2017 é de R\$990. **15. Patrimônio líquido:** Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 100.000 e está dividido em 100.000 ações ordinárias

nominais, e sem valor nominal. A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, que tem por finalidade assegurar a integridade do capital social. O Estatuto Social da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório de 5% do lucro líquido contábil. A destinação relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada. A Companhia divulgou, "ad referendum" pelo Conselho de Administração, sua proposta de distribuição do lucro do exercício, envolvendo: dividendos no montante de R\$ 221 relativos ao dividendo mínimo obrigatório de 5% sobre o lucro líquido contábil previsto no Estatuto Social da Companhia; constituição de reserva legal no montante de R\$ 221 e constituição de reserva de lucros no montante de R\$ 551. **16. Capital mínimo, de risco e liquidez em relação ao capital:** O CNSP em 15 de julho de 2015, publicou nova regulamentação relativa ao cálculo de capital mínimo requerido para autorização e funcionamento dos resseguradores locais e ao cálculo do capital de risco, consubstanciada na Resolução CNSP nº 321/2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343/2016, que consolidou todas as parcelas de capital de risco. A Resolução dispõe sobre o cálculo de capital de risco baseado no risco de subscrição, capital de risco baseado no risco de crédito, capital de risco baseado em risco operacional e capital de risco baseado no risco de mercado, que foi complementada pela Circular SUSEP nº 517/2015, alterada pela Circular SUSEP nº 521/2015. Foi também ratificada na referida regulamentação, referente ao cálculo do capital de risco baseado no risco de mercado. Conforme Art. 50º, § 4º dessa Resolução, o montante efetivamente exigido do capital de risco baseado no risco de mercado até 30 de dezembro de 2016 é zero, sendo esse valor majorado em 50% do total calculado entre 31 de dezembro de 2016 e 30 de dezembro de 2017, e atingindo a totalidade (100%) a partir de 31 de dezembro de 2017. Segue abaixo o cálculo de capital mínimo requerido:

	Dez-2017		Dez-2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Patrimônio líquido	102.563	97.037		
(-) Despesas antecipadas	(7)	(813)		
(-) Ativos intangíveis	(81)	(124)		
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	102.475	96.100		

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**

necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Resseguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Resseguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Resseguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de

segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou

representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Resseguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Resseguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Resseguradora a não

mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2018



**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6

**Eduardo Wellichen**  
Contador CRC-1SP184050/O-6

**Relatório dos Auditores Atuariais Independentes**

Aos Acionistas e Administradores da **SCOR Brasil Resseguros S.A.** São Paulo - SP - CNPJ: 19.851.775/0001-07. Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras, bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da SCOR Brasil Resseguros S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2017, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários auditores independentes:**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade de auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da

necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Sociedade em 31 de dezembro de 2017 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes sobre

amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP, referentes a prêmios e sinistros (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Todavia, essas divergências já são de ciência da Sociedade, a qual já está tomando providências para sua eliminação, além de não se constituírem em risco de distorção relevante na apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo e não impactarem nossa opinião sobre os mesmos.

**Ricardo Pacheco**  
MIBA 2.679

**EY Serviços Atuariais SS**  
CNPJ 03.801.998/0001-11  
CIBA 57

São Paulo, 28 de fevereiro de 2018

<b>Atuário Responsável</b>	<b>Contador Responsável</b>
Alda Regina Bogado Fassbender MIBA nº 1674	Daniela Sayuri Yamashita CRC nº 1SP220901/O-3

**Membros da Diretoria**

**Eric Lundgren**  
(em aprovação)

**Francisco Alves Correa de Toledo Neto**  
**Gilberto Kaoru Fujita**

**Rafael Zimmer Polking**  
**Sérgio Luis Maluf Horta**